

# Biografia: a reabilitação de um gênero histórico

---

LUCIA MARIA PASCHOAL GUIMARÃES

HÁ UNS DEZ OU QUINZE ANOS POR CERTO ESTARIA FORA DAS minhas cogitações eleger como tema de uma aula inaugural a problemática que propus ao Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto: *Biografia: a reabilitação de um gênero histórico*. Até bem pouco tempo a biografia era vista com suspeição pelos historiadores de ofício. Considerada um gênero menor e parente próximo do panegírico, freqüentado por amadores, na melhor das hipóteses admitia-se a sua prática por literatos e ensaístas.

A par disso, o grande homem como objeto da história andava definitivamente fora de moda. O gênero biográfico, portanto, constituía uma espécie de território interdito aos profissionais da área, de acordo com os cânones da historiografia francesa, cujas tendências são acompanhadas mais de perto aqui no Brasil e que serão o centro das nossas atenções. Diga-se de passagem, o historiador britânico Lawrence Stone, num texto agora famoso e que suscitou inclusive formidável polêmica, publicado em 1979 na revista **Past and Present**, já prenunciava sinais de uma possível

ressurreição da biografia individual, na esteira do movimento que denominou de *revival* da história narrativa<sup>1</sup>.

De qualquer modo, diante do quadro de aversão aqui descrito, uma indagação é inevitável: o que teria mudado nesse meio tempo, levando a corporação dos historiadores a reabilitar um gênero tão repudiado?

Biografia e História durante muito tempo mantiveram *relações de alternativa*, conforme salienta Philippe Levilain. E o debate, ao que tudo indica, tem suas raízes na Grécia antiga. A História, por se dedicar à narrativa dos acontecimentos coletivos, diferenciava-se da biografia, que nas suas origens ligada ao panegírico, ocupava-se da descrição dos fatos e das atitudes de um indivíduo, *cujos sentido era sugerido pelo autor*<sup>2</sup>. Esta característica, todavia, começaria a ser desfeita pelos romanos, a partir do longo reinado de Augusto, em virtude da dificuldade de se estabelecer a separação entre a pessoa do imperador e o Estado. Neste sentido, os modelos concebidos tanto por Suetônio — baseado na distinção entre vida pública e privada, quanto por Plutarco — calcado na idéia de louvar o homem que se destacava por suas virtudes, perdurariam por centenas de anos na historiografia ocidental. Inclusive durante a Idade Média, apesar do aparecimento da hagiografia, gênero que privilegiava a vida dos santos e distinguia a história sagrada da profana e a história política da escatológica.

Nos tempos modernos, ao lado de outras formas de escrita da história, as biografias eram percebidas como elementos essenciais na formação das elites dirigentes. Um homem culto não poderia prescindir da sua leitura, já que serviam de fonte de instrução moral, de conhecimento e de entretenimento. Cabe aqui abrir um rápido parêntese para lembrar que, até então, a história constituía um ramo da literatura, também freqüentado por filósofos e religiosos.

A emergência da história como campo de conhecimento autônomo coincide com a profissionalização dos estudos históricos.

Ambas datam do século XIX. É bem verdade que o estatuto científico da história sempre alvo de questionamento, uma vez que a disciplina nunca possuiu o rigor conceitual das ciências naturais. Estas concebiam o conhecimento sob a forma de generalizações e leis abstratas, enquanto o foco da ciência histórica centrava-se em pessoas e culturas concretas no tempo (...) *indivíduos de bochechas coradas, com paixões nos estômagos, que falavam idiomas, possuíam traços característicos e vitalidades como todos os homens*, conforme sentenciava Carlyle<sup>3</sup>.

Na esteira das ciências naturais, os historiadores assimilaram com otimismo a crença de que a investigação metodologicamente controlada tornaria possível o conhecimento objetivo. Tanto quanto outros cientistas, eles acreditavam que a verdade consistia na correspondência do conhecimento com uma determinada realidade, o que em última análise significava que o objeto da história era *revelar o passado tal como havia ocorrido*, de acordo com as palavras de Leopold Von Ranke. Para tanto, fazia-se necessário o levantamento exaustivo das fontes, de preferência nos arquivos oficiais, acompanhado de rigorosa análise crítica.

No fundo, ao se auto-definir como disciplina científica, a história provocou uma cisão não apenas entre o discurso científico e o literário, mas também entre historiadores de ofício e amadores. Entretanto, sua transformação em disciplina institucionalizada, ensinada e estudada nas universidades não trouxe descontinuidade em relação a antigas formas de escrita da história. A historiografia oitocentista assentava-se em fundamentos que remontavam aos grandes clássicos da antiguidade grega. Melhor dizendo, continuava a tomar como base a distinção formulada por Tucídides entre mito e verdade<sup>4</sup>. Além disso, em que pesem sua pretendida cientificidade e o caráter não retórico, o discurso histórico operava consoante a tradição, pressupondo que a história é sempre uma

narrativa. Donde se pode inferir que o rompimento entre a história científica do século XIX e as velhas tradições literárias foi muito menos profundo do que se poderia imaginar.

A história científica de Ranke compartilhava de três premissas básicas da tradição estabelecida desde Tucídides: em primeiro lugar, a aceitação de que a história retrata pessoas que realmente existiram, e ações que de fato aconteceram; em segundo, a idéia de que os atos humanos refletem a intenção de quem os pratica e que a tarefa do historiador consiste sobretudo em compreender tais intenções, de modo a construir uma narrativa coerente; e, finalmente, a concepção de tempo linear e diacrônica, em que os eventos singulares se sucedem em uma ordem cronológica. De acordo com Ranke, para o historiador, a lei se resume na estrita apresentação dos fatos. Mas que tipo de fatos mereceriam a sua atenção? Os políticos, naturalmente. Homem do tempo da *restauração* que sucedeu à Revolução francesa e à era napoleônica, no entendimento de Ranke o conceito de Estado repousava na realidade política da Prússia nos anos que precederam 1848. Anterior, portanto, ao estabelecimento das instituições representativas, à expansão acelerada da industrialização e seus desdobramentos sociais. Daí a ênfase conferida aos aspectos políticos, relativamente isolados das forças sociais e econômicas, bem como a dependência do historiador ao exame quase que exclusivo das fontes oficiais do Estado.

É possível contra-argumentar que por essa mesma época vozes dissonantes como Jules Michelet e Jacob Burkhardt já procuravam dar à História uma visão mais ampla. O primeiro voltava-se para (...) *aqueles que sofreram, trabalharam, definharam e morreram sem ter a possibilidade de descrever seus sofrimentos*, enquanto o segundo buscava interpretar a História como um campo em que interagiam três forças – o Estado, a Religião e a Cultura. E mesmo Karl Marx, apesar de não ter sido historiador, preocupava-se em

oferecer uma visão alternativa à concepção de Ranke, ao afirmar que as causas das mudanças históricas deveriam ser encontradas nas tensões existentes no interior das estruturas econômicas<sup>5</sup>.

Seja como for, o paradigma formulado por Ranke acabou por se universalizar, na altura da segunda metade do oitocentos e predominou até as duas primeiras décadas do século XX. E gênero biográfico, como ficou diante dessa cultura histórica da cientificidade? A história de vida dos grandes homens, desde que fundamentada nos testemunhos oficiais e organizada cronologicamente parecia responder de maneira satisfatória às exigências do modelo rankeano. Ademais, a História não podia prescindir dos seus heróis, conforme defendia Carlyle<sup>6</sup>. Estabeleceu-se, contudo, uma diferença entre biografias literárias e biografias históricas que, aliás, não se fundamentava na escrita ou no estilo, mas sim tomando por base a parte de ficção facultada às primeiras e proibida às segundas por razões de método. Ainda assim, os limites entre ambas se mostravam bastante imprecisos<sup>7</sup>.

Na virada do século XIX para o XX, o paradigma de rankeano começaria a ser questionado na França, na Bélgica, na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos e mesmo na Alemanha. Sob diferentes pontos de vista, atacava-se o dito *imperialismo* da história política, com seus reinados e gabinetes ministeriais, dominados por soberanos e homens de Estado. Paralelamente, postulava-se a incorporação ao discurso histórico de elementos econômicos e sociais. Na França, no âmbito das ciências sociais, argumentava-se que a velha história era muito estreita, centrada nos fatos particulares e na ação dos indivíduos, manifestações superficiais, o que no entender de Émile Durkheim acabava mascarando o objeto da história. O economista François Simiand chegou a afirmar que havia três ídolos na tribo dos historiadores que precisavam ser defenestrados: *o ídolo político, a exagerada importância às guerras e demais aconteci-*

*mentos políticos e o ídolo individual.* Tais censuras apontavam para uma mudança de perspectiva no olhar do historiador. Em outras palavras: implicavam no deslocamento do seu foco dos acontecimentos de natureza política ou militar e, por tabela, das grandes personagens, para os contextos em que se inseriam. Acrescente-se a isso a emergência das sociedades de massa que também pressionavam por uma historiografia de espectro mais amplo, atenta às camadas mais baixas da população e às condições sob as quais viviam. Vale aqui lembrar o exemplo do jornalista Jean de Pierrefeu, que trabalhou na cobertura da Primeira Grande Guerra, e em 1923 publicou uma obra polêmica enaltecendo o papel desempenhado por soldados e oficiais subalternos nas ações de combate, em detrimento da atuação dos generais e estadistas franceses, a quem se costumava atribuir a vitória naquele conflito. Segundo Philippe Levilain, tratava-se da primeira manifestação a favor dos *inconus de l'Histoire*: o soldado desconhecido levantara-se contra Joffre, Foch e Clemenceau<sup>8</sup>.

Mas foi a fundação da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, em 1929, liderada por Lucien Febvre e Marc Bloch que provocou o que Peter Burke chamou de *Revolução francesa da historiografia*<sup>9</sup>. Não vem ao caso, no momento, esmiuçar os detalhes, aliás, sobejamente conhecidos, da parceria que se estabeleceu entre Febvre e Bloch na Universidade de Estrasburgo, nos anos 1920-1933, ou do ambiente acadêmico propício à renovação intelectual e à cooperação interdisciplinar que ambos ali encontraram. Por ora, basta dizer que o programa por eles proposto combatia as linhas dominantes da historiografia tributária do historicismo alemão e da produção universitária francesa, sobretudo aquela oriunda da Sorbonne, orientada por Charles Langlois e Charles Seignobos. Deplorava o nível de superficialidade da história política, que privilegiava quadros temporais artificiais e inadequados, em detri-

mento da duração histórica autêntica e das diacronias múltiplas. Em contrapartida, defendia a cooperação com as ciências sociais e, sobretudo, a problematização dos estudos históricos. Tal qual Febvre enunciou no prefácio de seu estudo dedicado a Lutero, quando esclareceu que sua intenção não fora de escrever uma biografia de Martinho Lutero, mas sim de resolver um problema, qual seja, *o da relação entre o indivíduo e o grupo, entre a iniciativa pessoal e a necessidade social*. Como se percebe, embora revelasse o seu desprezo pelo gênero biográfico, Febvre não de mostrava indiferente ao papel das grandes personalidades na história.

Mas, em que pesem os aguerridos *combates* deflagrados pelos fundadores de *Annales*, os modos convencionais de produção do discurso historiográfico perduraram grosso modo até o final da II Guerra Mundial. Os grandes eventos, as causas daquele conflito, as vidas e as ações dos atores políticos e militares continuavam na ordem do dia. O que não é de se estranhar. Afinal, como já dizia Heródoto, a história é filha do seu tempo.

Na opinião de Lucien Febvre, *fazia-se história como velhas avós faziam tapeçaria. Em ponto miúdo*. Preocupados com minúcias e pormenores, os historiadores mostravam-se incapazes de propor grandes sínteses<sup>10</sup>. O certo é que movimento iniciado em Estrasburgo consolidou-se no pós-guerra, com a criação, em 1947, da VI Seção da École Pratique des Hautes Études, cuja presidência foi confiada a Febvre. Na mesma ocasião, ele assumiu o cargo de diretor do Centro de Pesquisas Históricas, uma espécie de laboratório vinculado à VI Seção. Lá reuniu amigos e discípulos, a exemplo de Fernand Braudel, a quem estimava como um filho, Charles Morazé e Robert Mandrou. Eles o auxiliariam tanto na administração do Centro, quanto na redação da revista, que mudou sua denominação para *Annales* e se tornou o principal veículo de divulgação oficial das experiências do grupo.

A publicação da tese *O Mediterrâneo no tempo de Felipe II* marcaria o início da era Braudel na VI Seção, embora Febvre se tivesse mantido ativo e influente até a sua morte em 1956. O “programa” proposto por Fernand Braudel apoiava-se na teoria dos ritmos do tempo e na noção de história total, fundamentado por maciças pesquisas econômicas e sociais. O que levaria a novas formas de escrita da história, algumas de viés notadamente marxista, direcionadas para a apreensão da totalidade, com ênfase nas estruturas de longa duração.

O conceito de história total, contudo, longe de dar conta das suas finalidades, deixava de lado diversos domínios que mereciam ser explorados, inclusive o do político, como bem assinalou Hervé Coteau-Bégarie<sup>11</sup>. Do mesmo modo, a chamada *história imóvel*, ao privilegiar as permanências, apontava para uma homogeneidade artificial, ignorando mutações e agitações que são partes integrantes da estrutura. Por outro lado, em que pese a liderança carismática exercida por Braudel, outras tendências emergiram da VI Seção, salientando-se a história quantitativa, experimentada a princípio no campo econômico, e logo em seguida no social com o estudo das populações<sup>12</sup>. Como se vê, diante desse panorama, não havia lugar para individualidades.

Mas a insatisfação crescente dos herdeiros da tradição de *Annales* para com as pesquisas fundamentadas no modelo braudeliano e nos métodos quantitativos levaria a tribo dos historiadores e se tornar mais próxima da sociologia, da psicologia social e da antropologia. Surgia, assim, o movimento da *Nouvelle Histoire*. Da cooperação crescente com a psicologia social nasceria a noção de *mentalidade*, o que reduziu ainda mais a especificidade do indivíduo na história, empurrando a biografia para longe dos domínios de Clio. Por sua vez, da aproximação com a antropologia, os historiadores aprenderiam a importância do significado

da cultura, da linguagem, dos símbolos e rituais, tanto no comportamento social, quanto no político, levando a historiografia a novos avanços.

A prática do gênero biográfico, todavia, continuava fora das conjecturas da geração de historiadores que sucedeu aos fundadores de *Annales*. Basta lembrar que na conhecida série **Faire de l'Histoire** (1974), que aqui no Brasil tomou o nome de **História: Novos problemas, Novas abordagens, Novos objetos**, a biografia é solenemente ignorada entre os ditos novos objetos – entre os quais já se incluía o político. Do mesmo modo, a enciclopédia **La nouvelle histoire** (1978), dirigida por Pierre Nora e Jacques Le Goff, não apresentaria sequer uma entrada para o gênero. Por sinal, Le Goff, nos seus **Ensaaios de Ego-História** (1987) pôs-se em guarda contra o gênero<sup>13</sup>, e no prefácio da edição resumida de **La nouvelle histoire** declarou guerra contra a invasão das biografias no mercado do livro histórico, devido à sua natureza superficial, anedótica e anacrônica.

Apesar da repulsa declarada de Le Goff, uma das figuras mais emblemáticas da *Nouvelle Histoire*, aqui e ali apareciam pistas de que o gênero estava prestes a sair do limbo. No **Dicionário das Ciências Históricas** (1986), organizado por André Burguière, no verbete *história biográfica*, preparado por Guy Chaussinand-Nogaret, lê-se que o gosto acentuado do público leitor pelas biografias constituía um elemento importante para o seu renascimento. Fator que os historiadores deveriam levar em conta, mesmo aqueles mais intransigentes, que qualificavam o gênero de marginal ou de frívolo. Apesar das habituais reservas quanto a esse tipo de história que tinha por objeto a vida de uma única pessoa, Chaussinand-Nogaret apontava uma saída para o problema, ponderando que a ambição de dar conta da totalidade do passado não podia prescindir da história de vida dos grandes homens. Se atuação desses indivíduos não explicava tudo, examinar o papel por eles desempe-

nhado também fazia parte do *métier* do historiador. Afinal, certas personagens foram ao mesmo tempo testemunhas privilegiadas e reveladoras do seu tempo<sup>14</sup>.

Para além disso, Chaussinand-Nogaret passa a defender a necessidade de se introduzir métodos de trabalho alternativos, cuja eficácia maior ou menor haveria de trazer arejamento ao velho gênero, livrando-o de reproduzir abordagens tradicionais. Neste sentido, citava como exemplo a prosopografia ou biografia coletiva como uma forma fecunda de exploração dessa nova história. Ora, a biografia coletiva já era praticada no outro lado do canal da Mancha desde o século XVIII, para inventariar a aristocracia inglesa e suas elites. Por conseguinte, não se tratava de um método tão original quanto se tentava demonstrar, o que desqualifica o argumento de Chaussinand-Nogaret<sup>15</sup>. Por sinal, coletivas ou individuais, nos países anglo-saxões de um modo geral, na Grã-Bretanha em particular as biografias nunca constituíram um gênero interditado. Basta lembrar que o primeiro trabalho importante de Edward P. Thompson foi justamente a história de vida de um dos fundadores da Liga Socialista na Inglaterra, intitulada **William Morris: Romantic to revolutionary** (1955, 1970, 1994)<sup>16</sup>.

Os exemplos mais expressivos de que a historiografia francesa reabilitara o gênero não tardariam a aparecer. Esquecidos das censuras e das interdições do passado recente os herdeiros do movimento de *Annales* passaram a publicar muitas biografias, na maior parte das vezes precedidas por longas justificativas, diga-se de passagem, nem sempre convincentes<sup>17</sup>. Tais obras têm em comum o respeito às convenções do gênero, ou seja, sabem fazer o jogo da história de vida e ajustar seus dados segundo uma linha de tempo, ainda que evitem correr o risco do excesso de coerência inerente a qualquer tentativa biográfica, que o sociólogo Jean-Claude Passeron chamou de *utopia biográfica*.

A estrutura de alguns desses trabalhos ilustram certas escolhas que se oferecem à biografia em termos de agenciamento textual, o que sem dúvida lhe dá uma nova abordagem. Em **Guilherme, o Marechal** (1984), Georges Duby abre a narrativa com a morte do biografado. A discussão em torno das fontes disponíveis sobre o seu passamento e respectivas cerimônias fúnebres serve de gancho para o relato cronológico dos grandes acontecimentos da vida de Guilherme<sup>18</sup>. Já o estudo de Michel Vovelle, **Théodore Desorgues ou la désorganization** (1985) apresenta uma intriga linear, que vai da infância de Désorgues até o seu confinamento no asilo de alienados de Charenton, passando naturalmente por suas atividades de poeta oficial da Revolução Francesa<sup>19</sup>. Marc Ferro, por seu turno, no livro **Pétain** (1987), não aborda a vida inteira do conhecido oficial do exército francês e líder político. Limita o campo da sua pesquisa às ações do personagem durante a Segunda Guerra Mundial. O corte cronológico escolhido por Ferro (1940-1945) o obriga a retroceder diversas vezes no tempo, como é o caso da descrição detalhada da batalha de Verdun, no final do livro, a propósito do desejo manifestado pelo velho marechal, de ser enterrado no sítio onde se deu sua vitória militar mais célebre<sup>20</sup>.

Até mesmo Jacques Le Goff, que se mostrara o crítico mais veemente do gênero, rendeu-se aos seus encantos. Em 1996, lançou **São Luís**, obra de estrutura ternária, em que expressa a intenção de fazer o que denomina de *biografia total*, uma proposta instigante, que parte da memória construída em torno do rei canonizado poucos anos depois de sua morte, mas que não guarda a melhor semelhança com o programa definido por Braudel<sup>21</sup>.

Não pretendo me alongar explorando outros exemplos por demais conhecidos, contudo gostaria de chamar a atenção para um outro aspecto relativo ao panorama historiográfico que também contribuiu para dar novo vigor ao gênero biográfico. Refiro-me

à sua prática pelos cultores da micro-história, que utilizam o método do estudo de caso examinar seus objetos de investigação. Vale aqui lembrar que essa corrente historiográfica surgida na Itália, por ocasião do lançamento da coleção dirigida por Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, denominada **Microstorie**, publicada pela editora Einaudi, entre 1981 e 1988, opera com uma escala de observação reduzida, partindo da exploração exaustiva das fontes, da descrição etnográfica e da preocupação com a narrativa literária. Privilegiam-se quase sempre temáticas mais aptas a uma investigação micro-analítica, ou seja, assuntos ligados ao cotidiano de comunidades específicas – referidas geográfica ou sociologicamente – às situações-limites e às biografias ligadas à reconstituição de micro-contextos ou dedicadas a personagens extremos, geralmente protagonistas anônimos, figuras que por certo passariam despercebidas no turbilhão da história como um certo Martin Guerre, de Natalie Zemon Davies<sup>22</sup>, ou o moleiro Menochio, do livro **O queijo e os vermes** de Carlo Ginzburg<sup>23</sup>.

Os modelos construídos pela historiografia francesa sempre tiveram grande receptividade no meio universitário brasileiro. Neste sentido, constata-se que, embora com algum atraso, a produção nacional tem acompanhado as mesmas tendências aqui analisadas. Entre 1984 e 1994, de acordo com o levantamento coordenado por Maria Helena Capelato junto aos Programas de Pós-Graduação de História, publicado pela ANPUH<sup>24</sup>, foram defendidas 1326 teses e dissertações. Pelos resumos oferecidos, apenas cerca de 9 títulos se aproximavam do gênero biográfico.

Nos últimos dez anos o panorama se alterou. Embora não existam atualmente levantamentos exaustivos a esse respeito, é visível o avanço do gênero biográfico no Brasil. O movimento iniciou-se pela pena de escritores e ensaístas, como; Fernando Moraes (**Olga, Chatô, o rei do Brasil**)<sup>25</sup>; Judith Patarra (**Iara**)<sup>26</sup>; Jorge

Caldeira (**Noel Rosa**- de costas para o mar e **Mauá**: empresário do Império)<sup>27</sup>; Rui Castro (**O anjo pornográfico**: a vida de Nelson Rodrigues, **Estrela solitária**: um brasileiro chamado Garrincha, obra lançada em 1995 e que até hoje é objeto de disputa judicial; **Carmen**: uma biografia. A vida de Carmen Miranda ...) <sup>28</sup> e mais recentemente Marleine Cohen (**Juscelino Kubitschek**: o presidente bossa-nova)<sup>29</sup>.

De maneira tímida, mas com estudos sólidos, a tribo dos historiadores de ofício aproximou-se do gênero, a exemplo de Luiz Mott (**Rosa Egipcíaca**: uma santa africana no Brasil)<sup>30</sup>; de Eduardo Silva (**D. Oba II d'África**)<sup>31</sup>; de Lilia Schwarcz (**As barbas do imperador**: d. Pedro II, um monarca nos trópicos)<sup>32</sup>; de Keila Grimberg (**O fiador dos brasileiros**: cidadania)<sup>33</sup>; e de Júnia Ferreira Furtado (**Chica da Silva**)<sup>34</sup>. Ao lado desses livros, saliento a coleção *Os que fazem a história*, da Editora da Fundação Getúlio Vargas, que dentre outros títulos publicou as biografias de Frei Caneca (Marco Morel); João do Rio, Nair de Tefé e José de Alencar (Antonio Edmilson Rodrigues); Ezequiel Corrêa dos Santos (Marcello Otávio Basile); Heitor Villa Lobos (Paulo Renato Guérios); José Bonifácio (Berenice Cavalcante); Antonio Vieira (Marcos Alexandre Motta); Silvio Romero (Maria Aparecida Rezende Mota)<sup>35</sup>. Esta resumida enumeração de obras demonstra bem a vitalidade que o gênero vem alcançando no entre nós. Bem entendido que esses estudos, consoante os métodos das ciências sociais, não podem ser identificados como culto aos heróis ou obras de cunho comemorativo.

É incontestável o interesse crescente dos historiadores pelos estudos biográficos. As causas apontadas pelos especialistas apontam sobretudo para a insuficiência dos modelos macro-analíticos, o que teria levado a escrita da história a se voltar para concepções e práticas de outrora, revigoradas por certo, a exemplo do retorno

da história política, da narrativa, do acontecimento e, por conseguinte, da biografia ao território do historiador. Georg Iggers, ao fazer um balanço da historiografia no último quartel do século XX, além de confirmar essas, afirma que o desafio pós-modernista provocou grande impacto sobre o pensamento e a escrita da história. A sociedade e a cultura encontram-se em acelerada transformação, pondo em cheque antigas certezas, desde a crença no progresso até normas e valores tradicionais das classes médias. Isto se refletiu na historiografia. Seu objeto deslocou-se das estruturas sociais e processos para a análise da cultura no seu sentido amplo, privilegiando inclusive as ações do cotidiano.

Por outro lado, as mudanças que se operaram no âmbito político com o fim do socialismo real contribuíram para que a história retomasse seus objetos tradicionais, não apenas impulsionada pelos avanços das ciências sociais, mas também desafiada pela mídia, sobretudo a televisão e a Internet, que trouxeram os acontecimentos e seus respectivos protagonistas para o primeiro plano, exigindo uma nova postura dos historiadores<sup>36</sup>.

Seja como for, neste começo de século XXI uma conjugação de fatores parece devolver à história a sua face humana, com renovada atenção para os indivíduos. A biografia assume assim uma função a meio caminho entre o particular e o coletivo, configurando-se como um exercício adequado para identificar uma figura num determinado meio, analisar as relações entre a intenção pessoal e forças convergentes ou concorrentes, ou ainda dar um balanço entre o herdado e o adquirido. O gênero ressurgiu no panorama historiográfico de um modo bem mais democrático, sem dúvida. Privilegiando os grandes vultos como São Luís – rei, estadista e santo, tanto quanto pessoas simples e desconhecidas, populares que por certo passariam despercebidos na multidão, a exemplo de um certo moleiro, chamado Menochio, que saiu do anonimato para entrar na história, graças à pena de Carlo Ginzburg.

## Notas

---

- <sup>1</sup> Neste trabalho usamos a edição de 1987. Ver Lawrence Stone, “The revival of narrative”. In: \_\_\_\_\_, **The past and present revisited**. Londres: Routledge & Paul Kegan, 1987, p. 96.
- <sup>2</sup> Philippe Levilain, “Os protagonistas da história: a biografia”. In: René Rémond (org.), **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, p. 145-46.
- <sup>3</sup> Thomas Carlyle, “On heroes, hero-worship, and the heroic in History”. In: Fritz Stern (org.), **The varieties of history: from Voltaire to present**. Revised edition. Nova York (USA): The World Publishing Company, 1971, p.90.
- <sup>4</sup> Georg Iggers, **Historiography in the Twentieth Century**. From scientific objectivity to the postmodern challenge. Hanover and London: Wesleyan University Press, 1997, p. 3.
- <sup>5</sup> Cf Peter Burke, “O antigo regime na histórica e seus críticos”. In: \_\_\_\_\_, *A Revolução Francesa da historiografia: a escola dos Annales, 1929-1989*. Tradução de Nilo Odália. São Paulo: Editora da UNESP, 1991, p. 19.
- <sup>6</sup> Veja-se a esse respeito a inflamada defesa dos grandes personagens da História apresentada por Carlyle nas conferências “On heroes, hero-worship, and the heroic in History”. Cf. Thomas Carlyle, op. cit., p. 103.
- <sup>7</sup> Cf Philippe Levilain, op. cit., p.155-56
- <sup>8</sup> Idem, p.157.
- <sup>9</sup> Peter Burke, op, cit.

- <sup>10</sup> Lucien Febvre, “Frente ao vento. Manifesto dos novos Annales”. In: \_\_\_\_\_, **Combates pela história**. Lisboa: Editorial Presença, 1977, v.1, p.68.
- <sup>11</sup> Cf Hervé Coteau-Bégarie, **Le phenomene “nouvelle historire”**. Stratégie et idéologie des nouveaux historiens. Paris: Economica, 1983, p. 102-104
- <sup>12</sup> Idem, p. 107.
- <sup>13</sup> Jacques Le Goff, “O desejo pela história”. In: \_\_\_\_\_ et alii, **Ensaio de Ego-História**. Lisboa: Rio de Janeiro: Edições 70, 1989, p.232.
- <sup>14</sup> Cf Guy Chaussinand-Nogaret, “Biographique (Histoires)”. In: André Burguière (dir.), **Dictionnaire des Sciences Historiques**.
- <sup>15</sup> Ver a esse respeito, David Hackett Fischer, “Fallacies of motivation”. In: \_\_\_\_\_, **Historians’ fallacies**. Toward a logical thought. New Yorj (USA): Harper & Row Publishers, 1970, p. 187.
- <sup>16</sup> Ver, E.P. Thompson, **William Morris: Romantic to revolutionary**. Stanford (California, USA): Stanford University Press, 1994.
- <sup>17</sup> Ver, por exemplo, a justificativa apresentada por Jacques le Goff, na Introdução à biografia de São Luís. Jacques Le Goff, **São Luís**, Biografia, 1ª reimpressão. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999, p. 21-25.
- <sup>18</sup> Georges Duby, **Guilherme, o Marechal** ou o melhor cavaleiro do mundo. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- <sup>19</sup> Michel Vovelle, **Théodore Desorgues ou la désorganization**. (Aix-Paris : 1763-1808). Paris: Seuil, 1985.
- <sup>20</sup> Marc Ferro, **Pétain**. Paris: Hachette- Pluriel, 1993.
- <sup>21</sup> Jacques Le Goff, **São Luís**, Biografia. Op. cit.
- <sup>22</sup> Natalie Zemon Davies, **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- <sup>23</sup> Carlo Ginzbur, **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- <sup>24</sup> Maria Helena Rolim Capelato (ccord.), **Produção histórica no Brasil: 1985-1994: catálogo de dissertações e teses dos programas e cursos de pós-graduação em história**. São Paulo: Xamã, 1995.

- <sup>25</sup> Fernando Morais, **Olga**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. \_\_\_\_\_, **Chatô**, o rei do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- <sup>26</sup> Trata-se da história de vida de Iara Iavelberg, estudante de Psicologia da USP que em 1969 se tornou guerrilheira e companheira de Carlos Lamarca. Ver, Judith L. Patarra, **Iara**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992.
- <sup>27</sup> Jorge Caldeira, **Noel Rosa**- de costas para o mar. São Paulo: Brasiliense: 1982. \_\_\_\_\_, **Mauá**: empresário do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- <sup>28</sup> Ruy Castro, **Carmen**: uma biografia. A vida de Carmen Miranda ..., São Paulo: Companhia das letras, 2005; \_\_\_\_\_, **O anjo pornográfico**: a vida de Nelson Rodrigues, São Paulo: Companhia das Letras, 1992; \_\_\_\_\_, **Estrela solitária**: um brasileiro chamado Garrincha, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- <sup>29</sup> Marleine Cohen, **Juscelino Kubitschek**: o presidente bossa-nova. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2005.
- <sup>30</sup> Luiz Mott, **Rosa Egipcíaca**: uma santa africana no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Bertrand-Brasil, 1993.
- <sup>31</sup> Eduardo Silva, **D. Oba II d'África**,.... São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- <sup>32</sup> Lilia Moritz Schwarcz, **As barbas do imperador**: d. Pedro II, um monarca nos trópicos. 2ª edição. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- <sup>33</sup> Keila Grinberg, **O fiador dos brasileiros**. Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- <sup>34</sup> Júnia Ferreira Furtado, **Chica da Silva e o contratador de diamantes**: o outro lado do mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- <sup>35</sup> Marco Morel, **Frei Caneca**: entre Marília e a pátria. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000; Antonio Edmilson Rodrigues, **João do Rio**: a cidade e o poeta. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000; \_\_\_\_\_, **José de Alencar**. O poeta armado do século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001; \_\_\_\_\_ **Nair**

**de Tefé** - vidas cruzadas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002; Marcello Otávio Basile, **Ezequiel Corrêa dos Santos**: Um jacobino na Corte imperial. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001; Paulo Renato Guérios, **Heitor Villa-Lobos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003; Berenice Cavalcante, **José Bonifácio** - Razão e sensibilidade: uma história em três tempos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001; Marcos Alexandre Motta, **Anchieta**: dívida de papel. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. \_\_\_\_\_, **Antonio Vieira**: infalível náufrago, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001; Maria Aparecida Rezende Mota, **Silvio Romero**. Dilemas e combates no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

<sup>36</sup> Georg Iggers, op. cit., p. 135-138.

